

# Senador só se filia depois que for indicado para Vice

BRASÍLIA — Até quinta-feira o Senador José Sarney se desligará definitivamente do PDS, partido que ajudou a fundar e do qual foi Presidente Nacional duas vezes. No domingo, ele será indicado a Vice-Presidente da República na chapa do Governador Tancredo Neves, pela Convenção Nacional do PMDB, partido que combateu como dirigente pedessista e também como dirigente da extinta Arena quando o PMDB era apenas MDB, sigla também extinta pela reforma partidária de 1979.

A filiação de Sarney ao PMDB não se dará concomitantemente ao seu desligamento do partido oficial. Ele só assinará a ficha de militante depois de indicado candidato e assim mesmo para cumprir uma exigência legal. No momento da filiação, o Senador fará uma declaração pública de que é candidato de uma aliança, representando a Frente Liberal, força política aliada ao PMDB com o objetivo de viabilizar um governo de entendimento capaz de promover, sem traumas, a transição do autoritarismo para o regime democrático pleno.

Ao se consolidar a candidatura Sarney nesta fase do processo sucessório — nem mesmo o Senador sabe o quanto se prolongará a polêmica sobre a legalidade de sua indicação — estará se restabelecendo no país a prática das coligações partidárias, eliminada de fato

com o bipartidarismo e proibida pela Emenda Constitucional 22 nas eleições gerais de 1982.

O documento que fixará o programa mínimo da denominada Aliança Democrática será assinado terça-feira pelos dirigentes da Frente Liberal e pela direção nacional do PMDB. Com a formalização da aliança os aliados terão, aritmeticamente, condições de eleger o sucessor do Presidente Figueiredo pela via indireta, já que os liberais garantem a transferência de no mínimo 70 votos do PDS para Tancredo Neves. Recorde-se que a maioria do PDS no Colégio Eleitoral é de apenas 34 votos.

A partir daí, a transformação da Frente Liberal em partido dependerá apenas de "oportunidade política", conforme afirmam seus principais dirigentes, o Vice-Presidente Aureliano Chaves e o Senador Marco Maciel. A aliança com o PMDB, porém, será meio caminho andado nessa direção, pois os liberais entendem que, ao se coligar, a Frente ganhou a condição de partido.

O jurista Afonso Arinos de Melo Franco, também integrante da Frente, no esboço de manifesto que redigiu para lançar o novo partido, diz que as alianças políticas, expressas nos Governos de coalizão são da tradição brasileira. Ele lembra que o Marquês do Paraná conduziu, em 1853, um

processo de conciliação nacional que encerrou o ciclo das revoluções do Império.

— Esta é exatamente a situação atual do País, escreveu Afonso Arinos. Ao termo de 20 anos de autoritarismo tudo indica que se tenha concluído o ciclo das revoluções republicanas: os partidos aliados em torno da sucessão presidencial constituem a maioria nacional e estão inclinados à moderação e à concórdia só recusadas pelo radicalismo e pela ambição.

A proposta de Manifesto de Afonso Arinos, que foi examinada na última grande reunião da Frente Liberal, no Palácio do Jaburu, traz a afirmação de que "o Partido Liberal, desvinculado inteiramente do partido político de que se afastou, pela insanável divergência entre os seus objetivos e processos políticos e os daquele, formará, pois, uma coalizão com o PMDB, para constituírem um Governo capaz de enfrentar os problemas que se apresentarão após a inevitável vitória na eleição presidencial ano próximo".

A idéia é se constituir um partido que, de imediato, represente a terceira força político-parlamentar na Câmara dos Deputados, já é decisão da Frente Liberal.

Perduram ainda, no entanto, divergências sobre o momento adequado para a formalização e divulgação do Manifesto.

5 AGO 1984